

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEVIT

Aos 27 dias de maio de 2009 reuniu-se, no auditório do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit), com a participação dos seguintes membros, de acordo com sua representação no conselho: pelo município de Vitória, o prefeito João Carlos Coser; pelo município de Vila Velha, o suplente do prefeito Neucimar Fraga, Sr. Octaciano Neto; pelo município de Cariacica, o suplente do prefeito Helder Ignácio Salomão, Sr. Alessandro de Mello Gomes; pelo município de Viana, a prefeita Ângela Maria Sias; pelo município de Guarapari, o secretário municipal de Planejamento Rural e Urbano, Sr. Edgar Behle, membro titular do conselho; pelo município de Fundão, o prefeito Marcos Fernando Moraes; pelo Estado, o secretário de Governo, Sr. José Eduardo Faria de Azevedo, presidente do COMDEVIT, a secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sra. Maria da Glória de Brito Abaurre, membro titular do conselho, a representante do secretário de Estado de Saúde, Sra. Vera Peruch, a representante do secretário de Estado de Educação, Sra. Mariza Chiabai Saraiva, o secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, Sr. Neivaldo Bragato, o secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos Sr. Ricardo Oliveira, o representante do secretário de Estado de Trabalho, Sr. Edílson Rodes, a diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves e secretária executiva do Comdevit, Sra. Ana Paula Vitali Janes Vescovi; e pela sociedade civil (FAMOPES), o Sr. Sebastião Angelo de Moura, membro titular do conselho. O Sr. José Eduardo Faria de Azevedo, presidente do conselho e secretário de Estado de Governo, abriu a reunião e, depois de anotar a observação do Sr. Sebastião Ângelo de Moura de que o Sr. Dauri Correa da Silva e o Sr. Marcos dos Santos, representantes da FAMOPES, não haviam recebido comunicado sobre a realização desta reunião, informou a pauta: 1- apreciação da ata da quarta reunião do conselho; 2- proposta de estudo de corredores exclusivos para transporte coletivo; 3- proposta de contratação de estudos técnicos de viabilidade de formação de consórcios públicos intermunicipais na RMGV; 4- proposta de estudo sobre contratos de gestão com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); 5- apresentação do andamento da carteira de projetos. Sugeriu uma inversão de pauta, com antecipação do item 4, já que o secretário da Seger, Sr. Ricardo de Oliveira, incumbido de apresentar a proposta, avisara da necessidade de ausentar-se da reunião antes de seu término. Concordaram os presentes em discutir o item 4 logo após o item 2. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em apreciação a ata da quarta reunião do Comdevit, tendo sido aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente informou que o Governo do Estado, preocupado com o transporte coletivo urbano da Grande Vitória, contratou projeto de sistemas de corredores para dar início a uma discussão, com participação do governo e das prefeituras, destinada à formatação de um projeto metropolitano que priorize o transporte coletivo no sistema viário. Para apresentar a proposta,

passou a palavra à diretora-presidente da Ceturb-ES, Sra. Denise Cadete. Depois de ressaltar que o estudo para a implantação dos corredores na região metropolitana demanda participação das prefeituras, a Sra. Denise disse que cabia nesta reunião apresentar um estudo baseado em um novo conceito de mobilidade urbana, traduzido pelo modelo de *Bus Rapid Transit* (BRT), utilizando o modal ônibus. Para isso, segundo ela, é preciso ter terminais (já existentes) e pistas exclusivas de ônibus. Ressaltou que a proposta não é nova, tendo sido implantada em várias partes do Brasil e do mundo, citando como exemplos a experiência de Curitiba, a de Quito, a de Bogotá e a de São Paulo. Os principais objetivos do estudo realizado pela Ceturb, segundo ela, são: reduzir os custos de nossa frota e os custos operacionais do Transcol, melhorar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, atrair mais demanda de passageiros do automóvel para o transporte coletivo, diminuir a poluição da região metropolitana, o congestionamento e os acidentes de trânsito, melhorar a acessibilidade dos usuários ao sistema de transporte e melhorar as condições gerais da mobilidade urbana da Grande Vitória. Informou que o estudo prevê quatro fases de implantação: 1) do terminal de Laranjeiras ao terminal de Vila Velha e do Ibes, ao Terminal de Campo Grande; 2- corredor passando pela Beira-Mar, Dante Michelini, Norte-Sul, conectado ao terminal de Laranjeiras, até o terminal de Jacaraípe; a área central de Vila Velha e a região da Av. Expedito Garcia, da área central de Campo Grande; 3- Corredor Centro-sul, na região de Vila Velha, ligando ao terminal de Itaparica e à Rodovia Governador José Sette; 4- ferrovia, a área que liga a região de Viana a São Torquato e à Leste-Oeste e à Darli Santos, que são soluções de corredores para o futuro. Disse que os estudos são preliminares (na fase 1), prevendo-se os seguintes projetos: Projeto básico das obras viárias; Projeto de ITS (*Intelligent Transport Systems*); Projeto funcional de fiscalização; Projeto institucional; e Plano de mídia. Quanto à concepção do projeto, segundo ela, incluem-se: faixa exclusiva central com ultrapassagem; faixa exclusiva sem barreira física; estação com plataforma baixa/cobrança externa – estação fechada; ônibus com piso baixo (em caso de renovação da frota); alguns ônibus com porta em ambos os lados; integração matricial dos serviços; controle dos corredores através do ITS; e modelo institucional único. O controle através do ITS seria feito nos corredores, nos ônibus, nos terminais de integração e na Internet. Prevê-se ainda uma central de controle, para que sejam resolvidos problemas advindos de imprevistos. A comunicação visual seria feita em veículos, totens, abrigos, terminais de integração etc. Quanto ao modelo institucional, propõe-se como primeiro passo para resolver a diversidade de vinculações (municipal, estadual, federal) assinatura de termo de cooperação de estudo e projetos; construção de um consórcio público entre municípios e o Estado ou outro modelo de arranjo entre as esferas governamentais no âmbito da Grande Vitória; definição das soluções para gestão e operação do corredor com a participação das prefeituras da região e do Governo do Estado. Assim, os corredores constituem uma solução coletiva

e evolutiva, com possibilidade de mudar os modelos ao longo do curso de implantação, podendo-se, no futuro, introduzir o VLT, por exemplo. Após a apresentação, o Sr. Presidente colocou o assunto em debate. O Sr. Neivaldo Bragato atentou para a complexidade das propostas, que envolvem investimentos altíssimos, atualmente sendo contratados R\$ 6 milhões, cuja formatação deverá levar um longo tempo para ser concluída. Disse que sua discussão implica participação de diversos atores e pressupõe consenso. Para explicar a necessidade dessa participação, afirmou que, por um lado, os mandatários das vias urbanas são os municípios, por outro, os recursos são captados com mais facilidade com a intervenção do Estado. Lembrou que no centro da cidade, por exemplo, não é fácil de transitar. Salientou que, independentemente do sistema de transporte que for escolhido (o proposto neste estudo ou o VLT), haverá necessidade de faixas exclusivas. Assim, é preciso definir o espaço exclusivo para o transporte coletivo, colocando barreiras físicas para estabelecer separação entre o espaço dos automóveis e o do transporte coletivo. Portanto, é preciso estudar trecho por trecho de via pública, levando-se em conta as dificuldades específicas de cada um deles. Isso implica alto custo, em princípio, em torno de R\$ 1 bilhão, tendo-se, porém, de levar em conta a imprevisibilidade das intervenções, sendo, pois, impossível fazer de antemão uma previsão aproximada. O Sr. Edgar observou que as experiências de intervenção relacionadas a transporte e trânsito trazidas de outros lugares nem sempre podem ser aplicadas à nossa realidade. Muitas delas, segundo ele, foram efetivadas em cidades planejadas, o que não é o caso da Grande Vitória, onde o processo de urbanização ocorreu de forma desordenada, impossibilitando atualmente a regularização do solo. Chamou atenção para a falta de espaço físico, na região, propício à implantação de estudos como este, que propõe os corredores como solução. Externou preocupação com as consequências que poderiam advir da implantação de tal proposta, atentando, por exemplo, para as restrições que podem ocorrer nos lugares em que se estabelecem corredores, e indagou da possibilidade de estudar sistemas alternativos, talvez não rodoviários. Disse, finalmente, que, antes de pensar o corredor, é preciso estudar formas de desafogar o trânsito. O representante da Prefeitura de Cariacica informou que a Vale dispôs-se a desativar completamente a linha férrea, naquela município, que está praticamente em desuso e doar aquela área para a prefeitura. Trata-se de um trecho que se estende de Argola a Viana. Passaria então pela estação de São Torquato, pelo terminal de Jardim América e pelo terminal de Campo Grande. A via, além de desafogar o trânsito dessa área que abrange os municípios de Cariacica, Vila Velha e Viana, provocaria um forte impacto também na cidade de Vitória, cujo centro teria também seu trânsito desafogado. A Avenida Expedito Garcia também pode ser beneficiada, segundo ele, com a desativação da Leopoldina e a criação de um corredor expresso de integração. O Sr. João Coser, depois de elogiar o equilíbrio com que a Sra. Denise fez a apresentação, ressaltou que a questão da mobilidade urbana na Grande Vitória

é um dos maiores desafios. Exemplificou com a situação do centro de Vitória, que tem apenas duas vias de passagem, incapazes de dar vazão ao trânsito quando há imprevistos, como ocorreu na ocasião em que houve incêndio na Strauss. Concordou com a fala do Sr. Edgar sobre a diferença entre a realidade das cidades cujas experiências foram lembradas pela Sra. Denise e a das cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória. Ponderou ainda que Vitória, embora inserida no contexto metropolitano, não pode resumir-se ao papel de corredor, devendo o sistema de transporte contribuir para o desenvolvimento da cidade. Esta observação, segundo ele, não significa defesa de isolamento da Capital em relação às questões metropolitanas, posição que, inclusive, não condiz com o ponto de vista do cidadão de Vitória, que tem demonstrado consciência dos problemas metropolitanos. A esse respeito mencionou uma pesquisa que fez sobre os temas locais e os temas metropolitanos, constatando que 52% da população de Vitória considera como maiores desafios os temas metropolitanos. Afirmou que o projeto apresentado nesta reunião pela Sra. Denise difere do projeto defendido pela Prefeitura de Vitória. Dizendo que o projeto da prefeitura prioriza o transporte de massa, apontou as críticas da imprensa às intervenções da Prefeitura de Vitória em Camburi como reveladoras de uma concepção que privilegia o transporte individual. Contrapondo-se a essa lógica, defendeu como prioridades o transporte de massa e o pedestre, e só em terceiro lugar o transporte individual. Disse que cabe ao poder público (no caso, as prefeituras da Grande Vitória e o Governo do Estado) apresentar um transporte coletivo atrativo, para que a população seja estimulada a utilizá-lo no lugar do transporte individual. Observou que, embora acredite que o projeto apresentado pela Sra. Denise possa melhorar o sistema de ônibus, tem dúvidas sobre sua capacidade de atrair o usuário de transporte individual para o transporte coletivo. A possibilidade, porém, de implantação gradativa do projeto leva-o a supor que no futuro poderá ser implantado algo mais avançado. Neste aspecto, mencionou o VLT como um sistema viável para a Grande Vitória, por ser capaz não só de dar adequado atendimento aos que dependem de transporte coletivo, mas também de atrair as pessoas que hoje utilizam transporte individual. Disse que as experiências bem sucedidas em todas as cidades que adotam esse sistema estimulam-no a defendê-lo como alternativa viável para a Grande Vitória. Deixou claro que seu compromisso nesta reunião é com o aprofundamento dos estudos, defendendo abertura de todos os envolvidos na discussão para escolher a proposta que de fato seja a mais adequada para resolver os problemas de transporte e trânsito da Região Metropolitana da Grande Vitória. Disse concordar com o modelo institucional apresentado e que tudo fará para que a proposta que surgir dos estudos seja bem sucedida, concordando, por isso, em assinar o acordo para dar prosseguimento a esses estudos, devendo, porém, constar em ata suas ressalvas. O Sr. Octaciano Neto, representante do prefeito de Vila Velha, depois de expressar concordância com a assinatura do termo de compromisso para os estudos,

atentou para o fato de hoje Vitória e Serra serem pólos de atratividade, para onde se dirige grande número de moradores de Vila Velha e Cariacica. Daí a importância do debate sobre as questões metropolitanas, com o objetivo de levar o desenvolvimento para esses municípios, ou seja, incentivar uma distribuição mais harmônica. Indagou sobre a possibilidade de contemplar nesses estudos o PDM, incluindo propostas que facilitem a cessão de terrenos, por parte de seus proprietários, a serem utilizados para o corredor de transporte. Poder-se-ia, por exemplo, compensar o proprietário doador com um coeficiente de aproveitamento. Quanto às fases de execução dos estudos, observou que é preciso maleabilidade, ou seja, permitir que se realizem as ações que melhor se ajustem ao momento, mesmo que tenham sido planejadas para fases posteriores. A Sra. Maria da Glória Abaurre chamou atenção para os altos índices de poluição atmosférica por veículos nas áreas de gargalos, principalmente na região próxima ao Corpo de Bombeiros e ao Shopping Vitória e em Cariacica, causando doenças respiratórias. O Sr. Edgar reconheceu ser importante desafogar os gargalos por questões ambientais. Apontou a relevância do conforto no transporte coletivo, tornando-o, dessa forma, mais atrativo. Assim, muitos dos que atualmente utilizam o transporte individual poderiam ver vantagens em passar a locomover-se por meio do transporte coletivo, contribuindo, desta maneira, para diminuir o tráfego de automóveis. Mencionou o crédito para compra de veículos como uma das causas do aumento do número de automóveis no trânsito, sendo este fato mais um desafio a ser enfrentado, já que a facilidade de comprar carro vem ao encontro de uma cultura que valoriza o transporte individual como *status*. O Sr. Presidente, antes de colocar em votação a proposta de um protocolo de compromisso a ser assinado pelos representantes do Governo do Estado e das prefeituras da Grande Vitória, ressaltou que, com a assinatura, as prefeituras da Região Metropolitana e o Governo do Estado assumem o compromisso de, juntos, construir a concepção do projeto e dar continuidade aos estudos. Disse que tudo o que for construído nesse projeto servirá de degrau para novas tecnologias no futuro. Defendeu que o modelo institucional que for construído para gerenciar esse sistema, o modelo tecnológico para operar corredores desemboquem no aprimoramento do modelo de operação de transporte de massa na Grande Vitória. Afirmou que essa idéia não é contraditória com a proposta do estudo do VLT, de Vitória, não é contraditória com os projetos de cada município; ao contrário, deve servir de fomento para o desenvolvimento de cada município. A proposta foi aprovada por unanimidade, com a ressalva do Sr. João Coser, já mencionada, de que haja compromisso de analisar todas as propostas para que seja escolhido o melhor caminho. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o item 4 (proposta de adoção de OSCIP e OS para serviços públicos), antecipando-o ao item 3. A proposta foi apresentada pelo Sr. Ricardo Oliveira, que explicou se tratar de parceria entre o poder público e entidades não governamentais por meio de contrato de gestão. Lembrou que essa parceria já existe na área de saúde, sendo bem

sucedida. O que é novo, segundo ele, é sua utilização para prestação de serviço público. Explicou que a Comunidade Solidária criou o marco legal, as OSCIP, usadas pelo Governo, aqui no Estado, na área de prestação de saúde prisional. Referiu-se também ao modelo de OS, segundo ele, utilizado largamente no serviço público, inclusive pelo governo federal. Ressaltou que não se trata de privatizar o Estado, pois cabe ao setor público estabelecer, através de contratos de gestão, as tarefas das OSCIP e das OS. Pelo contrato de parceria elas trabalham por delegação do Estado, que financia tudo. Salientou que, por serem de direito privado, conseguem gerenciamento melhor que o do Estado, como mostram várias experiências, principalmente na área de saúde (com as OS), que têm sido altamente bem sucedidas, como é o caso de São Paulo, em que o SUS é que financia. Ressalvou, por outro lado, que o modelo só funciona se o governo tiver capacidade de gerenciar. Daí a necessidade de aparelhar bem o Estado para essa tarefa e determinar as atividades a serem desenvolvidas sob tal sistema. Informou que o setor público estabelece as tarefas através do contrato de gestão, metas, indicadores etc. Atentou para a necessidade de definir as situações de aplicabilidade desses instrumentos. No caso das OSCIP, as normas estão estabelecidas em lei federal; quanto ao uso de OS, o tema demanda discussão com cada prefeitura, devendo ser encaminhada uma legislação para a questão. Finalmente, colocou-se à disposição para coordenar esse processo de discussão com representantes das prefeituras e informou que já existe uma consultoria montada à disposição dos que se propõem a fazer esse debate. O Sr. João Coser elogiou a proposta e disse que Vitória está passando pela necessidade de organizar algo nesse sentido. Exemplificou o caso da cultura, com um potencial reduzido em aproximadamente trinta por cento. A Fafi, por exemplo, funciona precariamente. A prefeitura deverá assumir também o Carmélia, que, por conseguinte, demandará da municipalidade uma gestão moderna. E reputou como o mais complicado o caso do Tancredão, que tem de funcionar não só no horário comercial, mas também, e principalmente, aos sábados, domingo e feriados e à noite, sendo impossível serem as tarefas executadas pelos servidores da prefeitura nesses horários; assim, o serviço público poderia cobrir apenas trinta por cento da capacidade do equipamento. Outro exemplo de equipamento que, segundo ele, poderia ser administrado em conjunto com parceiros é o centro de especialidades médicas. Atentou, porém, para a necessidade de convidar também o Ministério Público a participar das discussões, já que esse órgão, com o propósito de fiscalizar o serviço público, tem criado uma série de obstáculos, impedindo agilidade, pois, muitas vezes, avoca para si tarefas que cabem ao Executivo. Reputou como fundamental discutir com todas as prefeituras um sistema mais moderno em relação às soluções tradicionais. Disse que as fundações, por exemplo, não atendem as exigências de uma administração moderna, pois podem ser desmontadas a cada gestão. Concordou com o Sr. Ricardo de que é preciso examinar o problema de gestão. Quanto à intervenção do Ministério Público, o Sr. Ricardo

informou que o Estado fez um acordo com esse órgão, que já não questiona o modelo. E insistiu na necessidade de competência de gerenciamento por parte do governo, sem a qual não há como fazer uma experiência bem sucedida. O Sr. Presidente colocou a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, solicitou às prefeituras que indicassem seus representantes para integrar um grupo, sob a coordenação do Sr. Ricardo Oliveira, com a tarefa de estudar o assunto. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Luís Otávio, que apresentou proposição de contratação de estudos técnicos de viabilidade de formação de consórcios públicos intermunicipais na RMGV. O Sr. Luís Otávio disse que este é um tema nacional, tendo sido feita discussão com a equipe técnica do IJSN. Informou que o consórcio, que ainda não pode substituir a gestão metropolitana, é uma instituição de serviços específicos de interesse metropolitano. Propôs que o Comdevit autorizasse a contratação de um estudo técnico e institucional com o fim de avaliar a viabilidade de adoção, por este conselho, do modelo de consórcio apoiado na Lei federal nº 11107 de 2005. O objetivo, segundo ele, é ter orientação, modelos e regras institucionais para serem usados já a partir do estabelecimento dos corredores e da concretização do projeto de saneamento. Estimou um prazo inferior a 120 dias para a conclusão do estudo, a custo preliminarmente calculado em torno de oitenta mil reais. E mencionou como produto um termo de consórcio e proposição de leis em âmbito municipal e estadual. Colocada pelo Sr. Presidente para apreciação dos presentes, foi a proposta aprovada por unanimidade, devendo ser incorporada à carteira de projetos, com custo estimado de oitenta mil reais, custeados pelo Governo do Estado (que participará com sessenta por cento dos custos) e as prefeituras da Região Metropolitana da Grande Vitória (que farão um rateio dos quarenta por cento restantes). Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra à Sra. Ana Paula Vescovi, para o último ponto de pauta, que se subdivide em três itens: encaminhamento da carteira de projetos para 2009-1010; proposição de incorporação de um novo projeto nessa carteira, que é o plano diretor de drenagem metropolitano; e o calendário de atividades do Comdevit para 2009. A Sra. Ana Paula fez uma exposição sobre o andamento dos projetos da carteira. Segundo ela, foi concluída a atualização da base cartográfica. Quanto ao plano de estudo integrado de uso e ocupação do solo, com previsão de conclusão em junho deste ano, houve um pedido de aditamento de noventa dias, o que demanda um valor adicional de aproximadamente noventa mil reais. Sobre o desassoreamento e regularização dos rios Jucu, Formate, Marinho, com previsão de conclusão para final de julho, o valor contratado inicialmente foi de trezentos mil reais, mas há previsão de aditamento de noventa dias, com valor adicional estimado em aproximadamente oitenta mil reais. Para o plano diretor de resíduos sólidos da Região Metropolitana, cujo prazo previsto foi de duzentos e setenta dias, com conclusão em junho de 2009 e valor contratado de trezentos e setenta mil reais, há necessidade de um aditamento de noventa dias, com valor adicional aproximado de oitenta mil

reais. O plano integrado de uso público das áreas naturais protegidas (PIUSPI) foi previsto para ser concluído em julho, com valor contratado de cento e sessenta mil reais, demandando aditamento de noventa dias. Foi concluído o projeto Instrumentos Jurídicos para Regularização Fundiária e Repasse para Habitações de Interesse Social. Quanto ao sistema de indicadores sociais da Região Metropolitana da Grande Vitória, vários municípios já tiveram o sistema informatizado implantado, com prazo de execução previsto de cento e oitenta dias, ou seja, encerramento em 31 de outubro de 2009. A pesquisa de Origem Destino já foi atualizada e entregue às respectivas municipalidades. O periódico anual do Comdevit já foi publicado e divulgado. Quanto aos seminários, está sendo formado grupo técnico de trabalho para apresentação das experiências nacionais sobre gestão metropolitana, a partir de seminário realizado em julho de 2008. Constatando que vários projetos foram realizados e outros estão em aberto, disse que alguns dos que não foram concluídos demandam aditamento de prazo e de recursos, enquanto outros podem ser realizados com um montante de recursos menor do que aquele que foi previsto, redundando em economia. Por isso propôs aprovar uma resolução autorizando o Instituto Jones dos Santos Neves, como gestor do Fumdevit, junto com a Secretaria de Planejamento, remanejar os saldos remanescentes de alguns projetos para outros, conferindo, assim, certa flexibilidade na gestão desses recursos, uma vez que não vai ser preciso fazer suportes adicionais, mas apenas um remanejamento de recursos entre os projetos. A proposta foi aprovada por unanimidade. Quanto ao segundo ciclo dos projetos, foi feita síntese dos seguintes: plano de segurança para a Região Metropolitana; estudos para implantação dos centros de economia solidária, em que há parceria com a Setades; projetos executivos de esgotamento sanitário em alguns bairros da Região Metropolitana, em parceria com a Cesan; elaboração de projetos executivos de drenagem para alguns rios, tendo um pedido de extensão desse projeto para que se faça um projeto geral, um plano diretor de drenagem para a Região Metropolitana; e o plano de drenagem de Guarapari, também inserido na ideia de um plano diretor mais amplo. Essa carteira pressupõe aproximadamente dois milhões e meio de reais. Propôs um ajuste nos dois últimos projetos citados – elaboração de projetos executivos de drenagem para alguns rios e plano de drenagem de Guarapari – para incorporá-los num plano mais geral: Plano Diretor de Drenagem para a Região Metropolitana da Grande Vitória. O Sr. João Coser sugeriu prioridade para esses dois projetos, alegando demanda reprimida, e propôs incorporar um estudo de captação de recursos financiada coletivamente pelos municípios da região. Segundo ele, o estudo seria um teste jurídico. Para isso a Sra. Ana Paula Vescovi propôs incorporar ao plano de drenagem um estudo de captação de recursos, que seria a primeira experiência nesse sentido. O Sr. Presidente fez ver que isso combina com a proposta apresentada pelo Sr. Luís Otávio. Disse ainda que a um projeto que está na carteira de 2007-2008 foi feito um aditivo, autorizado pelas prefeituras da região, de captação de recursos para

fazer a barragem do rio Formate, estando o projeto em fase de conclusão. Ressaltou que essa barragem beneficia também os municípios de Vila Velha e Viana. A Sra. Ana Paula informou que para tratar das regiões metropolitanas brasileiras foi estabelecido um fórum nacional, o FINEN, e que hoje o BID está apoiando a discussão das regiões metropolitanas justamente para fazer um aporte de captação de recursos e aprovação de carta de captação de recursos. O Sr. Presidente lembrou que essa proposta está coerente com uma prática que já se desenvolve. Exemplificou o caso do desassoreamento do rio Formate, cujo projeto, tendo sido uma proposição do prefeito de Cariacica, foi assumido pelo conjunto das prefeituras da Grande Vitória. À sugestão do Sr. Octaciano Neto de que o Instituto Jones dos Santos Neves elaborasse um plano de segurança pública, a Sra. Ana Paula respondeu que o grupo técnico de segurança pública já avançou bastante nesse assunto, nos moldes do estudo que foi feito para a Prefeitura da Serra, e isso pressupõe parceria com a universidade. Disse que foi feito contato com o Sr. Ney, que tem realizado estudos nesse sentido. Neste último biênio, segundo ela, foram realizadas as seguintes ações: elaboração do planejamento estratégico de ações integradas de educação para a região, com custos estimados em trezentos e quinze mil reais; estudos para solução de resíduos sólidos e saneamento nas estações de tratamento de água, a um custo aproximado de cento e sessenta mil reais; programa metropolitano de educação ambiental continuada, com foco na conservação de recursos hídricos e na promoção do turismo sustentável, com previsão de custos de aproximadamente duzentos e noventa mil reais; plano de marketing para o desenvolvimento do turismo; e plano de sinalização interpretativa dos pontos turísticos. Informou que em reunião dos prefeitos com o governador foi mencionado interesse do Comdevit de antecipar esses projetos e já iniciar o ciclo imediatamente. A Sra. Ana Paula recomendou que não se concentrasse grande número de projetos em carteira num período de tempo também concentrado, dados os seguintes fatores, entre outros: dificuldades de gestão imanentes à gestão pública, entre elas, as concernentes a questões jurídicas; obstáculos na própria execução dos estudos; e dificuldade das empresas contratadas fora do Estado de se integrar à nossa realidade. Informou que o projeto de desassoreamento dos rios Jucu, Formate e Marinho está bastante adiantado, tendo sido feito pedido de aditamento de noventa dias. A Sra. Maria da Glória Abaurre, alegando pressão por parte do Ministério Público, solicitou permissão para adiantar a fase de licenciamento, obtendo resposta da Sra. Ana Paula de que os projetos estão em fase adiantada, podendo-se, assim, aguardar sua conclusão para iniciar a fase de licenciamento, e da Sra. Márcia Zenóbia, que informou ter sido feita uma consulta sobre o assunto ao Ministério Público, tendo este recomendado que o licenciamento só fosse concedido depois da conclusão do projeto. Disse ainda a Sra. Márcia Zenóbia que, embora o projeto já estivesse concluído, houve necessidade de detalhar a barragem de Roda d'Água, para utilizar verba do PAC. Portanto, não houve, segundo ela, atraso na execução do projeto, como

poderia parecer. Informou que já foram feitos os diagnósticos, devendo estar concluído todo o estudo até final de julho. A Sra. Ana Paula pediu apreciação de proposta de antecipar a carteira de projetos para o biênio 2009-2010. O Sr. Presidente ressaltou que essa antecipação não significa que se vá executar os projetos no ritmo idealizado. Informou o Sr. Presidente que se estuda com o Instituto Jones dos Santos Neves, com aprovação do Governador, a possibilidade de contatar uma empresa gerenciadora para ajudar o órgão nessa tarefa. Havendo concordância, autoriza-se a antecipação da carteira, com a ressalva de que eventualmente pode haver atraso na execução de alguns projetos. A Sra. Ana Paula prestou informações sobre as oficinas de integração de políticas públicas. Disse que no total foram cento e setenta e quatro participantes, entre técnicos, secretários estaduais e autoridades municipais, tendo sido realizadas três oficinas. A primeira tratou de desenvolvimento urbano, mobilidade e uso e ocupação do solo; na segunda foram estudados os temas saneamento, saúde e meio ambiente; e na terceira os assuntos tratados foram desenvolvimento, ação social, segurança pública e educação. O Sr. Presidente acrescentou que das oficinas saiu sugestão de dois fóruns: um dos secretários de meio ambiente e saneamento e outro dos secretários de desenvolvimento urbano e uso e ocupação do solo. O Sr. Luís Otávio esclareceu que não caberá ao Comdevit regrar esses fóruns, mas, sim, dar apoio e receber toda discussão que venha gerar projetos e demandas para o conselho. O Sr. Presidente colocou em apreciação a proposta de ajuste da carteira de projetos, ou seja, de remanejamento de recursos de uns projetos para outros, tendo sido aprovada por unanimidade. Como último ponto de pauta, o Sr. Presidente colocou em votação a proposta de calendário de atividades do Comdevit deste ano, tendo sido aprovada a seguinte agenda: dia 27 de maio: reunião ordinária do conselho (a presente reunião); dia 12 de agosto: reunião ordinária; dia 16 de setembro: fórum de debates técnicos do Comdevit; dia 11 de novembro: reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Sr. Presidente a reunião, e eu, Djalma José Vazzoler, a pedido da Secretária Executiva Ana Paula Vitali Janes Vescovi, redigi a presente ata, que, após apreciação dos conselheiros presentes à reunião que assinaram a lista de presença anexa, será homologada na próxima reunião do Comdevit.

Vitória, 27 de maio de 2009.